

José Rosado Pinto

Com o início da participação em reuniões internacionais no passado mês de Novembro dos dois médicos portugueses representantes dos jovens europeus da EAACI (Academia Europeia de Alergologia e Imunologia Clínica) e do PWG (grupo dos jovens médicos europeus em formação) reforça-se o número de imunoalergologistas portugueses em posições internacionais de decisão, como um dos vice-presidentes da EAACI, o secretário-geral do Board de Alergologia da UEMS (União Europeia dos Médicos Especialistas), um presidente e activos colaboradores de Secções e Grupos de Trabalho da EAACI. Acrescenta-se ainda a existência de um pólo do Ga2len (Rede da Imunoalergologia ligado ao VI Framework da CE) em Coimbra, e de a SPAIC estar directamente envolvida na organização do Fórum do Sul da Europa, integrando as Sociedades Científicas de Espanha, França e Itália, no projecto GARD da OMS e no apoio à Sociedade Luso-Brasileira de Alergologia e Imunologia Clínica. Pode dizer-se assim com elevado grau de certeza que esta especialidade é uma das mais, senão a mais representativa internacionalmente, de todas as especialidades médicas portuguesas. Este reconhecimento deve-se fundamentalmente à qualidade de formação, onde se revelam importantes as normas de treino implementadas há muitos anos, numa especialidade de 5 anos, que ainda hoje pretende encontrar o seu lugar na Europa. Isto revela o bom trabalho dos centros de formação portugueses e o bom acompanhamento quer dos hospitais quer das entidades reguladoras da nossa prática profissional: Ordem dos Médicos e Ministério da Saúde. Só na investigação, como em outras especialidades, os nossos imunoalergologistas não se podem equiparar no número de publicações internacionais, o que se deve ao facto de a sua actividade profissional ser essencialmente assistencial, relegando-se para segundo plano a actividade científica, o que nos penaliza fortemente face aos colegas de outros países europeus de referência.

No entanto, e apesar destas credenciais, os imunoalergologistas portugueses, sobretudo os mais novos, debatem-se com uma preocupante falta de futuro nos hospitais do Estado, tendo pela primeira vez o ano passado o número de vagas carenciadas sido inferior ao número de especialistas formados, após 5 anos de investimento feito pelo próprio Ministério da Saúde. É assim que, por mau planeamento, não se utilizam ao serviço da comunidade mais carenciada profissionais qualificados, levando-os para as instituições privadas que os recebem de braços abertos sem terem dispendido um cêntimo pela sua formação. Também os centros com qualificação reconhecida para a formação não são aproveitados em termos da sua capacidade formativa, de acordo com a sua capacidade instalada, não se sabendo quais os critérios de escolha, nem se existe uma avaliação sobre a qualidade dos especialistas que deles saem.

Na nossa especialidade, os recursos são em parte mal aproveitados, num país tão carenciado em profissionais qualificados, e nem os centros de formação são estimulados pelo bom trabalho que desenvolvem.

Haja pelo menos o reconhecimento internacional.